

PESQUISANDO NA PRISÃO FEMININA: desafios da alteridade

Katiuska Gloria Simões¹

Resumo:

O presente texto surgiu como resultado das atividades realizadas na disciplina de Teoria Antropológica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Nível de Mestrado. Após as discussões realizadas em sala, exponho algumas percepções sobre os desafios da alteridade no exercício da minha pesquisa em prisões femininas. A pesquisa que irei me referir está em andamento no Centro de Reintegração Social Feminino na cidade de Foz do Iguaçu. Na qual estou desenvolvendo a observação direta e exponho os desafios da pesquisa, evidenciando a alteridade existente. Será exposta no texto a relação de aproximação e distanciamento entre a pesquisadora e as interlocutoras que a pesquisa na instituição prisional exige.

Palavras – Chaves: Prisão feminina, alteridade, antropologia.

Abstract:

This text was the result of activities undertaken in the Anthropological Theory of discipline of the Graduate Program in Social Sciences - Master's Level . After the discussions in the classroom, bring up some insights on the challenges of otherness in the course of my research in women's prisons. The research will refer is underway in the Social Reintegration of Women's Center in Foz do Iguaçu . In which I am developing direct observation and bring the challenges of research, highlighting the existing otherness. It will be exposed in the text closer relationship and distance between the researcher and the research interlocutors in the prison institution requires.

Key - words: Women's prison, alterity, anthropology.

No presente texto irei expor a experiência que vivencio quando vou à campo, como os medos, excitações e contradições. A antropologia está atenta ao papel da subjetividade do antropólogo, como afirma Miriam Grossi “cada caminho reflete a forma individual e subjetiva do encontro de si mesmo a partir do encontro com o outro” (GROSSI, 1992, p. 16). Afirmando que o conhecimento antropológico possibilita ir além de observar o outro, pois o próprio pesquisador se encontra no contexto da pesquisa.

Para isso, demonstrarei alguns fragmentos do meu diário de campo da pesquisa em andamento no Centro de Reintegração Social Feminino, na qual há 260 mulheres presas, em Foz do Iguaçu – PR. A atual pesquisa surgiu com o intuito de ampliar e aprofundar temáticas

¹ Mestranda bolsista pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, orientada pela professora Dra. Andréia Vicente Silva. Toledo, Paraná, Brasil.

já trabalhadas por mim em projetos de iniciação científica, e também, em meu Trabalho de Conclusão de Curso no ano de 2014. Este último foi realizado na cadeia pública de Cascavel, localizada na 15ª Subdivisão Policial (SDP) com o intuito de conhecer e compreender a realidade das mulheres encarceradas, enfatizando suas histórias de vida e nesse sentido, problematizando diversas questões dentre as quais as que serão aprofundadas a partir desta nova pesquisa.

A importância de estudar instituições prisionais femininas pode ser explicitada através da análise dos dados estatísticos. Atualmente, o Brasil possui o quádruplo da quantidade de encarcerados do final da década de 1980, Naquela ocasião, o país ainda não tinha atingido a cifra de 100 mil presos, ou seja, “vinte anos depois, no final dos anos 2000, quase meio milhão de pessoas já se amontoam nas prisões brasileiras – um aumento evidentemente desproporcional ao crescimento da população” (GODOI, 2010, p. 02).

A última pesquisa realizada pelo InfoPen², em Junho de 2014, afirmava que a população prisional brasileira era de 607.731 presos. Porém, as casas de detenção brasileiras possuem vagas para 376.669 presos, ou seja, com um déficit de 231.062 vagas.

Apesar de ser inferior a totalidade de presos masculinos, o encarceramento feminino é o que mais cresce no país. Nos últimos anos houve um crescimento de 246% da população carcerária feminina, enquanto que a população masculina cresceu 130%. Segundo os dados apresentados pelo InfoPen, em novembro de 2000³ havia 10.112 mil mulheres encarceradas, já em 2014 esta população saltou para 37.380 mil. O Paraná é o quinto Estado com maior população carcerária no Brasil, segundo os dados disponibilizados pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos em maio de 2014, havia 28.525 mil⁴ presos.

Para entender melhor quem são essas mulheres e como vivem o encarceramento, a pesquisa que desenvolvo possui o intuito de produzir uma Etnografia. Entendo etnografia como uma forma de apreender a realidade a partir da observação participante, assim como Magnani afirma que não podemos considerar o método etnográfico com uma técnica, “pois pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um

² InfoPen- Sistema Integrado de Informações Penitenciárias, consiste em um programa digital de coleta de dados do sistema penitenciário brasileiro. em: < <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf> > acessado em 15 de agosto de 2015.

³ O dados disponibilizados sobre a população carcerária no ano de 2000 estão disponíveis nos site do sistema: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2000PopCarceraria.pdf> acessado em 05 de outubro de 2015.

⁴ O dados estão disponíveis no site da Sec. de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Paraná: <<http://www.justica.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=67>>, ultimo acesso em 02 de junho de 2014.

modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos.” (MAGNANI, 2002, p.17).

A realização da apreensão é constituída de várias fases. Como afirma a antropóloga Urpi Montoya Uriarte em seu texto “O que é fazer etnografia para os antropólogos”:

A primeira delas é um mergulho na teoria, informações e interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que queremos estudar. A segunda fase consiste num longo tempo vivendo entre os “nativos” (rurais, urbanos, modernos ou tradicionais); esta fase se conhece como “trabalho de campo”. A terceira fase consiste na escrita, que se faz de volta para a casa. (URIARTE; 2012, p. 4-5)

No presente momento estou desenvolvendo o trabalho de campo, pois estou realizando as visitas ao CRESF. Segundo Geertz (1989, p.20) “fazer etnografia é descrever uma experiência distante nos termos de uma experiência próxima”, ou seja, pretendo me aproximar e conviver com elas o máximo possível, para poder compreender as relações existentes naquele ambiente.

Geertz (1989, p. 25-26) procurou ver a cultura como um texto. Uma leitura de significados elaborados socialmente pelos homens. A interpretação antropológica que procuro desenvolver configuraria assim, uma leitura de segunda e terceira mão feita “por sobre os ombros do nativo” que faz a leitura de primeira mão de sua cultura.

Pesquisando na prisão: algumas percepções

Diversos autores como Alba Zaluar (2009), Salvador Maldonado Aranda (2013), Julita Lemgruber (1999) e Luciana Maria Ribeiro de Oliveria (2013) que pesquisaram espaços onde há a referência de ações violentas, já discorreram sobre o trabalho antropológico nessas situações. No atual momento da pesquisa, sinto a necessidade de abordar os desafios de pesquisar a prisão. Faço algumas perguntas sobre o tema: será mais pertinente a minha aproximação com as interlocutoras, através da diminuição ou potencialidade da alteridade? Pesquisar instituições prisionais é de fato pesquisar no perigo?

A primeira tarefa do antropólogo, segundo Marc Augé no seu livro “O sentido dos outros” (1999), é a de estabelecer a carta de identidade e de alteridade relativas, pois em todas as sociedades, em algum grau, persistem relações entre diferentes gerações, gêneros, classes, etnias e perceber essas relações é primordial para o trabalho antropológico. Ou seja, o

antropólogo deve perceber as relações entre os diferentes sujeitos no espaço que pesquisa, mas antes disso precisa perceber a sua relação de diferença entre os “nativos”.

O trabalho do antropólogo é se aproximar da realidade pesquisada, mas sempre haverá a diferença entre o observador e o observado, assim como afirma Eduardo Viveiro de Castro no seu texto “O nativo relativo”.

O antropólogo tem usualmente uma vantagem epistemológica sobre o nativo. O discurso do primeiro não se acha situado no mesmo plano que o discurso do segundo: o sentido que o antropólogo estabelece depende do sentido nativo, mas é ele quem detém o sentido desse sentido — ele quem explica e interpreta, traduz e introduz, textualiza e contextualiza, justifica e significa esse sentido. A matriz relacional do discurso antropológico é hilemórfica: o sentido do antropólogo é forma; o do nativo, matéria. O discurso do nativo não detém o sentido de seu próprio sentido. De fato, como diria Geertz, somos todos nativos; mas de direito, uns sempre são mais nativos que outros. (VIVEIRO de CASTRO; 2002, p. 115)

Nesse sentido, Alba Zaluar afirma que a manutenção da diferença é essencial para as pesquisas realizadas em contexto de conflito, como as favelas, local onde realizou suas pesquisas, como também, no caso da minha pesquisa, as prisões. No texto “Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais”, a autora afirma que a permanência da alteridade quando há uma relação entre o antropólogo e o interlocutor em pesquisa onde envolve sujeitos que exercem atividades ilegais é importante.

Ainda no registro utilitário, manter a assimetria entre o sujeito observador e o sujeito observado, entrevistador e entrevistado, pesquisador e pesquisado, especialmente quando os últimos destes pares de interação estão ou estiveram no mundo criminal, portanto cercados de segredos e silêncios quanto ao que se passa no mundo de ilegalidades, pode produzir o efeito de tornar mais prováveis revelações e confissões. Ao contrário do que dizem os que advogam a identificação e a assimilação entre entrevistador e entrevistado, é a própria distância que facilita a interlocução e as confissões sinceras de ambas as partes. (ZALUAR; 2009, p. 575)

Ou seja, demarcar papéis desempenhados pelo antropólogo e pelo interlocutor é fundamental para prosseguir a pesquisa. Ou seja, no interior da prisão é necessário me colocar como pesquisadora. E mais, devo enfatizar as minhas intenções, para que elas tenham interesse em compartilhar as suas narrativas comigo. Vários fatores contam a meu favor: eu não estou na prisão para disputar um espaço na cela; não trabalho na instituição. Estou lá sem esses interesses, apenas querendo ouvi-las e evidenciar a realidade em que vivem. A interação neste caso é pontuar o encontro entre os sujeitos diferentes, pois é no movimento de aproximação entre estranhos que aparecem partes ocultas que podem esclarecer relações inéditas (ZALUAR, 1985)

Assim, a construção da alteridade e de uma noção de “outro” por muitas vezes é resultante do exercício de construção do distanciamento e do estranhamento entre os sujeitos (MALUF, 2011). Portanto, deve-se demarcar uma certa distância para que as relações aconteçam, principalmente quando envolvemos sujeitos que estão respondendo por algum crime.

No entanto, é importante ressaltar, assim como Alba Zaluar (2009) afirma que os interlocutores de uma pesquisa em sociedades com um sistema judicial presente, podem ser prejudicados pela escrita do pesquisador.

Entender a rede de relações, conflitos e dilemas dos entrevistados não pode ser confundido com oferecer denúncia a um órgão repressor, outro perigo apontado pelos pesquisadores em sociedades com um sistema judicial muito presente, que exige de alguns deles tal denúncia em função de seu conhecimento das atividades criminosas. (ZALUAR; 2009, p. 579)

Além de diferenciar quando é uma piscadela e quando não é, ou seja, conseguir decifrar os “sentidos” dos interlocutores, como Geertz (1989) escreveu, o antropólogo que trabalha com sujeitos que praticam atividades ilegais, deve exercer uma maior sensibilidade para que estabeleça estratégias que não prejudiquem os “nativos”, como também a sua etnografia.

Durante as pesquisas há diversas omissões, dissimulações e inverdades que o antropólogo deve superar, pois para sobreviver na prática ilícita os sujeitos utilizam esses recursos corriqueiramente (ZALUAR, 2009). Porém, Eduardo Viveiro de Castro (2002) afirma que não precisamos acreditar ou duvidar o que é narrado, mas entender a importância disso na vida dos interlocutores, reconhecer as diferentes possibilidades como possíveis verdades.

Iniciando a pesquisa de campo

Irei expor alguns fragmentos do meu diário de campo para demonstrar a minha primeira aproximação, a importância desse momento está explícito no texto “O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues” escrito pelo Roberto Damatta (1978). O autor afirma que a chegada e a saída do campo são momentos cruciais para a realização da etnografia.

Era o momento de entrar pela primeira vez na prisão feminina de Foz do Iguaçu. Respirava forte, minhas mãos estavam tremulas e sentia o coração disparado. Essas eram

algumas das alterações resultantes da minha ansiedade de iniciar a pesquisa de campo. Sei que os sentimentos de medo que tenho antes de chegar no meu campo vão além da simples ansiedade do pesquisador antes de ir à campo. Afinal há o agravante da pesquisa na prisão.

Esses sentimentos que afloram momentos antes de ir a campo expostos por Luciane Oliveira que há anos realiza pesquisas com mulheres praticantes de atividade ilícitas. Segundo ela, os medos são diversos.

Realizar a pesquisa de campo foi possuir um sentimento de medo constante [...]medo de me transformar em um arquivo vivo; [...]medo de adentrar semanalmente por entre os corredores e as grades de um presídio feminino com todos os fantasmas sociais que criamos ao longo da história sobre as(os) criminosas(os); medo ao escutar relatos das práticas corporais violentas e dos atos ilícitos cometidos por minhas interlocutoras narrados com riqueza de detalhes e que me faziam imaginar mentalmente a cena do crime; medo de me roubarem os dados coletados e utilizá-los como denúncia às minhas interlocutoras; medo de incriminá-las, mesmo sem querer; e, acima de tudo, medo de não conseguir voltar ao campo no dia seguinte. (OLIVEIRA; 2013, p. 8)

Além disso, há o fato de que esse medo é socialmente construído, através da exposição das cenas de rebeliões e motins que ocorrem nas prisões e são narradas pelas mídias, como lembra Eliakim L. Andrade (2014) em sua pesquisa em uma prisão no Ceará. Quando o tema é violência, a reprodução midiática exerce um grau de aumento. Salvador Maldonado Aranda define “la estatización del discurso de la violencia”.

La violencia que se reproduce por los medios masivos de comunicación provoca más temores que lo real y por eso el miedo se incrusta en el cuerpo y la memoria. Es esta dramatización mediática sobre la que necesitamos reflexionar más ampliamente, sobre la forma en que el Estado sigue controlando el discurso de producción de la violencia, expulsándola fuera de él. A esto es lo que llamaré *la estatización del discurso de la violencia*. (ARANDA; 2013, p. 127-128)

Portanto ficou no meu corpo e na memória as ações violentas que os meios midiáticos constantemente abordam, mas para que a pesquisa ocorra deve-se entender o grau de aumento que essas notícias sofrem e entrar a campo para de fato conhecer a realidade.

O Centro de Reintegração Social Feminino (CRESF) é anexado à Cadeia Pública Laudemir Neves e está localizado no Jardim Três Fronteiras que é um bairro afastado do centro de Foz do Iguaçu, mais precisamente está locado próximo à BR 277 na entrada da cidade pela rodovia brasileira. Foz do Iguaçu é conhecida por estar na fronteira com o Paraguai e a Argentina e também por ser uma cidade turística que atrai visitantes de todo mundo devido aos seus recursos naturais, como por exemplo, as Cataratas do Iguaçu.

Para chegar ao CRESF percorri 130 quilômetros, passando por diversos municípios como Céu Azul e Matelândia. A cada cidade que eu passava, a ansiedade aumentava. Depois de passar por Santa Terezinha do Itaipú, já havia percorrido cerca de duas horas de viagem quando identifiquei o acesso às penitenciárias. A medida que me aproximei do CRESF, a quantidade de casas que eu via pelo caminho foi reduzindo, até chegar a um ponto onde só havia plantações de soja e a prisão. Nesse momento, já era possível ver os muros altos característicos desses estabelecimentos. Para entrar no CRESF tive que passar por alguns cones e barras de ferro que estavam na rua para evitar aglomerações de carros.

Sai do carro e pude olhar mais de perto o muro alto branco com arame farpado em cima e um prédio de dois andares com uma pequena janela frontal do lado esquerdo na parte superior e logo abaixo uma placa azul escrita: Cadeia Pública Laudemir Neves. Não há nenhuma identificação do Centro de Reintegração Social Feminino, apenas da Cadeia que abriga em torno de 400 homens, ou seja, no mesmo complexo há duas instituições, uma destinada a mulheres em regime fechado e a Cadeia Pública destinada aos presos provisórios, segundo a Lei de Execução Penal vigente (BRASIL, Lei. 7.210, 1984). Teoricamente essa seria a diferença entre Centro de Reintegração e a Cadeia Pública, porém há diversos homens e mulheres cumprindo penas com regimes que não condizem com a proposta da instituição.

Depois de observar a placa, me aproximei da janela que havia na parte inferior, na qual vi um agente penitenciário. Cheguei mais perto da janela e me identifiquei, falei o que estava fazendo ali e que já tinha me comunicado com o Chefe da Carceragem por e-mail e telefone. Estava ali para conversar pessoalmente e explicar a minha pesquisa.

A recepção está localizada em um pequeno espaço onde há um monitor com as imagens de diversas câmeras espalhadas pelo complexo, um grande porta-chaves, um rádio transmissor, telefones, um detector de metal e alguns cadernos. O agente que estava na recepção fez uma ligação para o diretor do CRESF confirmando minha liberação. Depois de esperar alguns minutos até conseguir falar com o diretor, desligou o telefone e abriu a porta.

Nesse momento eu ainda estava com as pernas tremulas e a respiração forte. Então o agente informou que Cássio, diretor do CRESF, estava me esperando em sua sala, mas antes de entrar eu precisava deixar meus pertences ali. Retirei o meu diário de campo e uma caneta e entreguei a minha bolsa, sem fazer maiores revistas ele guardou a bolsa embaixo da mesa. Acredito que esse procedimento se estende a todos para evitar que entre algo sem a administração saber. Depois ele pediu para que eu afastasse as pernas e os braços e passou o detector de metais.

Após o momento da revista superficial atravessei o espaço interno do portão e fui até a direção que fica no segundo andar do prédio da recepção. Quando cheguei ao segundo andar, o diretor veio ao meu encontro e pediu para que eu me acomodasse em sua sala. Sentei em frente a sua mesa e expliquei as minhas intenções e como pretendia realizar a minha pesquisa.

Cássio ouviu atentamente o que eu dizia e segurava em suas mãos os e-mails impressos que havia lhe enviado. Ele foi bastante atencioso e se disponibilizou para ajudar na pesquisa, liberou as minhas visitas e afirmou que iria elaborar um grupo com 15 a 20 mulheres que não são consideradas “problemáticas” segundo a direção. Disse ainda que prezava pela minha segurança. Não questionei nada nesse momento inicial, pois para que a minha pesquisa ocorresse eu precisava do aval do diretor e neste momento o meu interesse era conhecer melhor os limites que a direção me coloca para eu poder trabalhar com isso. Agradei e me despedi.

Alguns dias depois voltei para conhecer as mulheres presas, dessa vez o diretor liberou para eu visitar a cozinha onde há 11 presas trabalhando. Mas antes de ir até a cozinha o diretor recomendou que eu não aceitasse convites para trazer informações de familiares a elas. Então pude perceber que além de estabelecer uma relação de confiança com as minhas interlocutoras, teria que aceitar alguns limites impostos pela instituição. Agradei e afirmei que iria fazer o que pediu.

Fui acompanhado pelo chefe de segurança à cozinha. Chegando lá o chefe de segurança chamou todas as mulheres para me apresentar a elas. Contudo, apenas quatro mulheres aceitaram o convite e ouviram ele explicar o que eu estava fazendo lá. A cozinha está localizada entre o prédio onde ficam os presos da Cadeia Laudemir Neves e o prédio onde ficam as mulheres presas do CRESF. No espaço onde está localizado a cozinha há três celas. Uma abriga seis mulheres, na outra permanecem quatro e uma cela individual para a detenta que é responsável pela cozinha. Há também um banheiro para as mulheres que trabalham e dormem nesse espaço, ou seja, as mulheres que trabalham na cozinha não entram em contato com as mulheres que estão nas galerias do CRESF.

A cozinha é um lugar importante, pois as cozinheiras não convivem com as outras presas que estão nas celas. Por outro lado, estão em contato com alguns presos que também trabalham na preparação dos alimentos. A cozinha é um espaço para as detentas que possuem “bom comportamento”. Os trabalhos efetuados auxiliam na redução da pena, a cada três dias de trabalho um é diminuído da pena.

Enquanto o chefe de segurança explicava, uma senhora estava fazendo café e as outras três estavam organizando a cozinha. Depois que ele me apresentou, por sorte, reconheci e fui reconhecida por Maria⁵. Eu a entrevistei quando realizei trabalho de campo na Cadeia Pública de Cascavel. Ela foi a primeira a se disponibilizar para conversar comigo. Sentamos nas cadeiras que estavam no corredor. Iniciei a nossa conversa com a frase “Você lembra de mim?”. Na verdade nós duas lembrávamos das nossas conversas tomando chimarrão no corredor escuro da galeria feminina de Cascavel.

Depois que conversei com a Maria, ela foi estabelecendo novas relações chamando outras mulheres para participar das conversas. Dessa forma iniciei as relações com as mulheres que estão presas no Centro de Reintegração Social Feminino. Essas relações transformadoras como afirma Eduardo Viveiros de Castro.

O conhecimento antropológico é imediatamente uma relação social, pois é o efeito das relações que constituem reciprocamente o sujeito que conhece e o sujeito que ele conhece, e a causa de uma transformação (toda relação é uma transformação) na constituição relacional de ambos. (VIVEIROS de CASTRO; 2002, p. 113-114).

Devo afirmar que essas transformações ocorrem constantemente no meu trabalho de campo, pois o medo que sentia antes de entrar na carceragem desaparece assim que encontro com essas mulheres e ouço suas histórias. Nunca me senti ameaçada por nenhuma delas. Nesse sentido, destruir um medo é a melhor tarefa para um antropólogo (GEERTZ, 2001, p. 47).

Considerações Finais

Nesse texto abordei algumas questões relacionadas a minha chegada a campo e a relação que estou construindo com as minhas interlocutoras. Evidenciei o meu primeiro contato, os sentimentos que vivi e como pretendo continuar a pesquisa. Evidenciei as alteridades entre o pesquisador e pesquisado que em certos momentos é uma necessária aproximação, para que ocorra um relacionamento de pesquisa. No entanto, em outros momentos é necessário um distanciamento para permitir falas.

Nesse sentido, o medo é resultado da alteridade, pois ouço o diretor preocupado com a minha segurança, vejo as imagens midiáticas, tenho contato com narrativas violentas e o papel do pesquisador é se equilibrar nessa alteridade. São nesses movimentos de aproximação

⁵ Os nomes citados são fictícios para preservar os informantes.

e distanciamento que construo a pesquisa. Aprender a lidar com o medo e todos os sentimentos socialmente construídos é o primeiro passo para consolidar a pesquisa de campo na prisão.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Eliakim Lucena. **Quando o campo é a prisão: desafios e tensões do fazer etnográfico.** Disponível em: <http://www.reaabanne2013.com.br/anaisadmin/uploads/trabalhos/45_trabalho_001610_1373737960.pdf> acesso em: 16 de setembro de 2015.

ARANDA, Salvador Maldonado. Desafíos etnográficos en el estudio de la violencia – Experiencias de una investigación. **Avá – Revista de antropologia**, Misiones, n. 22, p. 123-144, 2013.

AUGÉ, Marc. **O sentido dos outros.** Petrópolis: Vozes, 1999.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos **LEI Nº 7.210**, DE 11 DE JULHO DE 1984. Texto compilado. Lei de Execução Penal.

DaMATTA, Roberto. “O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues”. In: NUNES, Edson de Oliveira (org). **A aventura sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 1989.

_____. **Nova luz sobre a Antropologia.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GODOI, Rafael. Cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo: uma exploração do mundo social que se estrutura através da prisão em São Paulo e na Catalunha. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 35, 2011, Caxambu. **Anais eletrônicos ANPOCS.** Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_details&gid=1272&Itemid=353>. Acesso em 02 de dezembro de 2013.

GROSSI, Miriam Pillar. **Trabalho de campo e Subjetividade.** Florianópolis: PPGAS - UFSC. 1992.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v.17, N.49, junho 2002.

_____. “A etnografia como prática e experiência”. **Horizontes antropológicos.** Porto Alegre, Vol.15, N.32, jul./dez. 2009.

MALUF, Sônia Weidner. A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença. **Ilha – Revista de antropologia**. Florianópolis, v. 12, p. 41-56, 2011.

OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de. **A pesquisadora do Crime**: notas antropológicas de uma arriscada observação participante com mulheres praticantes de atividades ilícitas. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/viewFile/21808/11969>> acesso em: 14 de setembro de 2015.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos, **Ponto Urbe**, V.1, N. 11, 2012, <<http://pontourbe.revues.org/300>>, acesso em 10 de Novembro 2015.

VIVEIROS de CASTRO, Eduardo. O Nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.

ZALUAR, Alba. **A Máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 557-584, 2009.